

ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA: ALGUMAS PRIMEIRAS NOTAS COMPARATIVAS

Lilia Moritz Schwarcz
Universidade de São Paulo

Introdução ou como fazer um exercício do óbvio:

Não é fácil responder a uma demanda para falar sobre ensino de pós-graduação em Antropologia, ainda mais não sendo uma especialista na área. Por isso optei por fazer um estudo mais direcionado: pareceu-me que uma discussão comparativa sobre o formato dos Programas de Antropologia Nacionais – mais exatamente acerca da organização de cursos oferecida – poderia se mostrar produtiva.

Por certo, não se trata de passar os Programas de Antropologia a limpo, mas, tão somente, analisar as estruturas propostas no que se refere ao ensino. O objetivo não é, portanto, falar sobre uma experiência particular (e a partir dela comparar as demais) ou avaliar a fundo as estruturas dos diferentes Programas. Trata-se de observar e comparar a organização dos diversos *curriculum*s, salientando aspectos comuns e por vezes mais distintos. É claro, que essa visão é mais, digamos assim, estrutural, uma vez que não se aplicou esses quadros de disciplinas à prática de cada Programa de Antropologia. No entanto, mesmo sem tanta etnografia é possível constituir um quadro interessante para a Antropologia brasileira.

Para a realização desse levantamento foi de grande importância a publicação organizada por Emília Pietrafesa de Godoi, Guita Grin Debert e Heloisa André Pontes – *Antropologia na pós-graduação* – que é justamente resultado do primeiro

encontro realizado na Unicamp, com o apoio da Aba, entre 29 e 30 de março de 2001. O documento recupera as discussões efetuadas naquela ocasião e traz ainda, e o que interessa mais de perto, o material oferecido pelos diferentes Programas de Pós graduação em Antropologia brasileiros.

Buscou-se pesquisar, ainda, os *sites* dos vários Programas na tentativa de chegar a uma amostragem a mais completa possível. Por fim, foram realizados contatos telefônicos e virtuais sempre com o objetivo de alcançar um panorama abrangente.¹

É preciso esclarecer, ainda, que não segui o elenco da área de Antropologia junto a Capes. Foram incluídos os dados sobre a PUC (São Paulo) e UERJ, Programas que fazem parte da análise de outros comitês, mas que me parecem compor um quadro mais abrangente sobre a área. No final dessa empreitada, optou-se por deixar de fora os Programas de Arqueologia (USP) e o mestrado profissional da Universidade Católica de Goiás, uma vez que a estrutura curricular desses Programas era basicamente diferente e nos levaria para muito longe dos propósitos dessa investigação preliminar.

Uma primeira versão desse texto foi apresentada no encontro “Ensino de Antropologia: diagnósticos, mudanças e novas inserções no mercado de trabalho”, realizado em Florianópolis, de 05 a 07 de dezembro de 2002, quando pude complementar alguns dados que agora apresento.

A idéia central é, assim, tentar montar um modelo, mostrar que a área funciona “como uma área”, com cursos e formatos comuns, para demonstrar falácias e questões mais recentes. Em minha opinião a área vem sendo pressionada por uma política de financiamento, que tem implicando na redução de prazos, o que tem impacto direto – também – na qualidade o ensino de pós-graduação em antropologia.

Por fim, gostaria de afirmar e desde já, que essa versão é ainda bastante preliminar. O perigo (e era no que mais pensava enquanto preparava esse texto) é fazer uma “história do óbvio”.

¹ É preciso esclarecer que não segui o elenco da área de Antropologia junto a Capes. Foram incluídos os dados sobre a PUC (São Paulo) e UERJ, Programas que fazem parte da análise de outros comitês, mas que me parecem compor um quadro mais abrangente sobre a área.

Mas como diz o mestre Fernando Pessoa – e comprova Nelson Rodrigues – “óbvios somos todos nós”.

Agradeço desde já as futuras sugestões e digo que o quadro alcançado é apenas um cenário possível diante das particularidades apresentadas pelos diferentes Programas. Nesse sentido, me desculpo desde já por possíveis compressões enganosas e as lacunas que sempre existem quando se retiram dados de outros dados e formulários.

Da estrutura geral:

É fácil evidenciar uma certa “estrutura comum” (para ficarmos no jargão que gostamos) aos Programas, que implica na existência de disciplinas obrigatórias — (organizadas basicamente por cursos teóricos e um seminário de projetos (ou algo do gênero) — e eletivas.

Em geral pede-se um conjunto de disciplinas que varia de 3 a 9 cursos para o mestrado, o que implica pensar em uma média de 6 cursos. Já a orientação para o doutorado é mais variada; com alguns cursos demandando mais disciplinas em relação ao mestrado, outros que reduzem drasticamente as obrigações nesse sentido e outros ainda que consideram (e abatem) as disciplinas já realizadas no mestrado.

Pós-Graduação em Antropologia Social ou com concentração na área

Programa	Mestrado	Doutorado
PUC (SP)	5 (2 obrig (ou não)/2 optativa/1 proj)	3 (2 optativas/1 proj)
UnB (Brasília)	8 (3obrigat/ optativas)	5(3 obrig/ 12 opt)
Unicamp	6 (5 obrigat/ 1 optativa)	-----
UERJ	24 créditos (obrig/ eletivas)	27 créditos
PPGAS/UFPR	3 (2obrigat/ 1semin. 4 opt)	-----
PPGAS/UFPE	7 (3obrigat/ 4optativas)	11 (3 obrig/8 optat)
UFRGS	8 (3 obrig/5 optativas)	11 (4 obrig/ 7 optat)
PPGAS/UFSC	6 (3 obrig/3 ou mais opt)	8 (+) (3 a 4 obrig/4 ou mais)
PPGAS/Museu Nacional	8 (3 obrig/5 opt)	16 (abatidos 50% mest)
PPGAS/USP	6 (3 obrig/3 opt)	4 (1 obrig/3 opt)
UFPA	8 (5 obrig/3opt)	-----
UFSC	21 créditos (4 a 6 obrig/ resto opt)	24 créditos (?)
PPGACP/UFF	8 (3 obrig/ 5 opt)	5 (4 optat/ 1 sem tese)

- O número corresponde à quantidade de cursos
- Por vezes não foi possível converter créditos em cursos por conta da falta de maiores informações.
- Não foram analisados os Programas de Arqueologia (USP e UFPE) e o mestrado profissional da UCG uma vez que as matérias básicas seguem outra lógica e ordenamento

A partir desse quadro percebe-se, em primeiro lugar, um investimento comum na formação dos alunos a nível de mestrado, orientação compatível com os novos prazos que têm levado a um mestrado de caráter cada vez mais formador e funcionando como uma espécie de introdução ao doutorado. Ou seja, a despeito dos prazos mais curtos, de uma maneira geral não se abriu mão de um maior investimento na capacitação do aluno, evidenciada pela insistência geral nos cursos obrigatórios e eletivos.

A orientação – ao menos para os cursos que demandam até 6 disciplinas — parece ser “escolar”, o que significa dizer que é nesse momento que se prepara o profissional de antropologia. É nesse contexto que o aluno recebe uma visão mais abrangente da área (a partir das matérias obrigatórias) e também particular, tendo em vista o leque amplo de optativas.

Isso tudo apesar de se notar uma recente tendência à redução de cursos, fruto, talvez, das demandas de fomento externo. O Programa do Paraná, por exemplo, é o curso que revelou exigir menos créditos para o mestrado o que talvez sinalize uma tendência dos Programas mais recentes que já nascem com um perfil mais coadunado com os novos prazos.

Já no doutorado as exigências são basicamente distintas: enquanto alguns Programas reduzem drasticamente as demandas (considerando que a formação básica estaria realizada); outros investem pesadamente no doutorado, ampliando em muito as requisições de cursos; outros ainda incluem os créditos já realizados no mestrado como parte do doutorado. O fato é que no caso do doutorado os números oscilam: de 3 a 11 créditos mínimos.

A partir dos dados oferecidos pelos Programas não se pode ter certeza de uma questão que é, e será, fundamental no

futuro. Como se pensa a correlação entre mestrado e doutorado? Para alguns Programas, claramente, mestrado e doutorado conformam duas etapas distintas. Em outros casos, a ligação torna-se mais evidente, quando se prevêm “abatimentos” das disciplinas já cursadas no doutorado, ou “relaxamentos” para a entrada no doutorado. Em poucos casos, no entanto, se percebe a oferta separada de cursos para o mestrado e para o doutorado, o que indicaria a tentativa de apresentar uma estrutura só e comum.

Também, a partir desse quadro, não se tem registros das modalidades de doutorado direto, já praticadas por alguns Programas, quando se sabe que, diante da pressão das agências financiadoras, esse modelo tem sido alterado na prática.

O fato é que, de uma maneira geral, (mesmo que sem a formalização das modalidades de passagem direta ao doutorado) o mestrado em antropologia tem ficado mais despersonalizado, sobretudo em função da pressão do assim chamado TMT. Nesse sentido, tem se convertido, de forma crescente, numa espécie de “pré-doutorado”, quando não uma primeira formação visando a obtenção futura de um mestrado. Com efeito, os Programas parecem oscilar (ou ao menos deixam de formalizar o que se entende por mestrado) levando assim a um certo impasse com relação ao ensino no mestrado. Ampliam-se as disciplinas – e assim se orienta de fato o mestrado como um “pré-doutorado” —; reduzem-se as demandas e assim se abreviam os prazos e se especializam as pesquisas; ou ainda se estabelecem mecanismos para fazer do mestrado um doutorado continuado? O que se percebe é que área não apresenta um perfil consolidado nesse aspecto.

Disciplinas obrigatórias:

Parece existir uma orientação comum no que se refere às disciplinas obrigatórias.

Vejamos o quadro abaixo que relaciona o título das matérias obrigatórias elencadas pelos diferentes cursos:

- 1. História da Antropologia ou Teoria Social I (autores clássicos) / Teoria antropológica** PUC/ USP/ UERJ/ UFPR (Paraná)/ UFPE/UFRGS/ UFSC/ UFPE/ UFPA/ UFF/ UnB/ Museu Nacional
- 2. História da Antropologia ou Teoria Social II (autores contemporâneos)** PUC/USP/UERJ/ Unicamp/ UFPR/ UFPE/ UFRGS/ UFSC/ UFPA/ UFF/ UnB/ Museu Nacional
- 3. Organização social e parentesco.** PUC/ UNICAMP/ UFPA/ UnB
- 4. Projetos de Pesquisa (ou Seminários de Projeto).** PUC/USP/Unicamp/ UFPR/ UFPA/ Museu Nacional
- 5. Metodologia (Métodos e técnicas de pesquisa).** UERJ/ UFPE/ UFRGS/UFSC/ UFPA/ UFF
- 6. Etnografia e Sociedades Modernas.** Unicamp

Há uma coerência evidente na oferta de disciplinas obrigatórias.

Em primeiro lugar um acento na Teoria Social que vem, em todos os exemplos analisados, desenvolvida em dois semestres e contando com uma divisão que contrapõe uma antropologia “clássica” à outra, mais “contemporânea”. Na maior parte dos casos o “momento” da divisão parece recair no estruturalismo francês – e particularmente Claude Lévi-Strauss, a um só tempo o marco final da primeira unidade e o início da segunda.

Igualmente visível é a atenção a uma história da Antropologia, que parece estar contemplada nos dois cursos teóricos obrigatórios e ainda em alguns casos, em separado. Por sinal, muitas vezes teoria parece se confundir com história, tal a identificação entre esses cursos

Além do mais, nessas disciplinas percebe-se um diálogo pequeno com outras áreas vizinhas, revelando uma interpretação mais estrita do campo da antropologia. Em boa parte dos casos (com raras exceções) o campo da interdisciplinaridade parece ser relegado às optativas.

Dentro do elenco das obrigatórias aparecem também os cursos mais diretamente referidos aos projetos de pesquisa dos alunos e que ganham diferentes nomes – Projetos de pesquisa, seminários de projeto, ou ainda métodos e técnicas de pesquisa. As diferentes denominações parecem cobrir portanto a mesma seara de interesses; qual seja: auxiliar o aluno a desenvolver seus projetos a contento e no prazo necessário. Se esse curso é já antigo em alguns Programas, em outros parece mais recente e sinaliza para uma preocupação comum e dada de “fora para dentro”: a necessidade de reduzir prazos.

Só quatro Programas inserem a disciplina “Organização Social e parentesco” como obrigatória. Ao que tudo indica, o curso deixou de ser obrigatório em uma série de Programas, que agora introduzem a rubrica no rol de suas optativas. Tais oscilações indicam vogas e modas próprias à nossa área, que também parece caminhar e alterar-se de acordo com diferentes contextos.

Voltando ainda uma vez às chamadas “disciplinas teóricas” parece bastante consensual a saída que visa dar um panorama amplo à disciplina, que se quer também temporal. O perigo é cairmos em um tipo de modelo que pensa as tradições de forma evolutiva e casada ao momento histórico. Boa parte dos programas contrapõe de forma bastante contrastiva as diferentes escolas, passando a imagem de que a história das ciências e das idéias se faz de maneira um tanto linear. Provocações a parte, esse parece ser um modelo compartilhado e me sinto à vontade em expressar tal opinião uma vez que o mesmo ocorre no Programa do qual faço parte.

De toda maneira parece se evidenciar um perfil de formação nas matérias obrigatórias: enquanto os cursos mais teóricos refazem a história da disciplina e seus grandes autores, já os seminários de projeto atentam mais diretamente para a elaboração das teses e dissertações. O “obrigatório” é, na maioria das vezes, a produção estrangeira” e mais estritamente referida ao campo da antropologia.

Disciplinas optativas:

Ao que tudo indica, aí se encontrariam marcadas as personalidades dos diferentes Programas e, nesse quesito seria difícil o “acordo possível”. Aparentemente. Quer dizer, há várias disciplinas que – de tão comuns – já parecem obrigatórias “ou optatórias” e outras (aí sim) que revelam um perfil particular.

Vejam os em primeiro lugar, os eixos comuns, com a advertência de que esse quadro só recupera parcialmente as optativas elencadas por cada Programa. Nesse sentido e devido à variedade de optativas, tomamos cursos que aparecem ao menos duas vezes (e em dois locais), buscando aglutinar temas que nos pareçam paralelos. Por sinal, seria impossível reproduzir a totalidade das optativas, dado que cada Programa insere em sua grande dezenas de optativas.

1. Etnicidade e identidade: PUC/ USP/ Unicamp/ UFPR/ UFSC/ Museu Nacional/ UFPA/ UFF
2. Relações raciais e minorias: USP/ Unb/ URGS/ UFSC/ Museu Nacional/ UFPA/ UFF
3. Antropologia da saúde: PUC/ USP/UFPR/ UFPE/ URGS/ UFSC/ Museu Nacional/ UFPA
4. Antropologia da religião: USP/ UnB/ UERJ/ UFPE/ URGS/ UFSC/ Museu Nacional/ Unicamp/ UFPA/ UFF
5. Indivíduo e sociedade: USP/ Unb/Museu Nacional
6. Antropologia rural/ sociedades camponesas: USP/ Unb/ Unicamp/ UFPE/ Museu Nacional/ UFPA/ UFF
7. Antropologia urbana ou das sociedades complexas: USP/ Unb/ UFPE/ URGS/ UFSC/ Museu Nacional/ Unicamp/ UFPA
8. Ecologia cultural/ Meio ambiente: Unb/ Museu Nacional/ UFPA/ UFF
9. Antropologia política ou do poder: Unb/ USP/ UERJ/UFPR/ UFPE/ URGS/ UFSC/ Museu Nacional/ UFPA/ UFF/ URGS
10. Antropologia visual: USP/ UERJ/ UFSC

11. Análises simbólicas: mitologia e rituais (ou afim): USP/ Unb/ Unicamp/ UERJ/ UFPR/ UFPE/ URGs/ URGs/ UFSC/ Unb/ Museu Nacional/ UFPA/ UFF
12. Etnologia: todos
13. Antropologia jurídica: USP/ Unb/ UERJ/ Museu Nacional/ UFF
14. Antropologia do gênero: Unb/ Unicamp/ UERJ/ UFSC/ UFPA/ UFF
15. História da Antropologia no Brasil: USP/ Unicamp/ URGs/ UERJ/ Museu Nacional/ UFF
16. Família e sociedade: Unicamp/ UFPA
17. Leituras de monografias clássicas: USP/ Unicamp/ Museu Nacional
18. Teorias da Cultura: (todas)
19. Organização social e parentesco: (todas)
20. Antropologia e linguística: USP/ UFPE/ Museu Nacional/ UFPA
21. Antropologia econômica: URGs/ UFPR/ Museu Nacional/ USP/ UFPA/ UFF
22. Antropologia da performance (teatro): URGs/ USP/ UFSC/ Museu Nacional
23. Antropologia da música e da dança: USP/ URGs/ UFSC
24. Antropologia e história (etno-história): USP/ Museu Nacional/ UFF
25. África: USP/ Unicamp
26. Antropologia biológica: USP
27. Antropologia e epistemologia: UFF
28. Tópicos especiais: Unicamp/ UFPA/ UFPE

Como se pode notar é nas optativas que se percebe a variedade de interesses. Com o perigo de errar ou de ter deixado passar algumas informações, penso que temos aí um quadro significativo. Há disciplinas “para todos os gostos” e, ainda, “cursos coringa” para dar conta do “nda” (nenhuma das anteriores), ou seja de matérias cujas ementas ainda estão se concretizando.

Mas, mesmo assim, há como distinguir quatro tipos de sub-conjuntos. Esse leque inicial de optativas traça um panorama interessante sobre áreas “absolutamente consagradas” da antropologia, que quase a definem; outras “já tradicionais, mas não consensuais” e outras ainda que começam a aglutinar diferentes Programas: as “emergentes”. Há ainda as disciplinas “em queda livre”, que parecem (ou) ter ganhado outros nomes e feições, (ou) ter simplesmente saído de voga.

Dentre as **consagradas** estariam os estudos de etnologia e parentesco; análises sobre teorias da cultura e cursos sobre simbolismo (sobretudo referidos à análise ritual e mitológica). Aqui vemos uma definição forte da disciplina delineada ora por sua área mais tradicional – a etnologia – ora por seu recorte privilegiado: análises da cultura e do simbolismo.

Interessante pensar que a visão de fora sobre a nossa disciplina coincide com aquela que emerge dos cursos oferecidos nos diferentes programas, que retraçam, a cada semestre, uma bibliografia consagrada.

Em seguida, viriam as áreas **tradicionais**. Ai estão a antropologia urbana, jurídica, das religiões, da saúde, política, rural, racial. Como se vê, nesse caso, a área se divide por nichos que recobrem um leque amplo de temas e pesquisas, divididos basicamente por grandes recortes temáticos.

Quem sabe se esse levantamento fosse diacrônico e não sincrônico pegaria melhor oscilações e vogas. Certas áreas tradicionais – como África, gênero – parecem agora menos privilegiadas (ao menos tendo em vista esse panorama geral) e em seu lugar surgem novos temas e preocupações.

Caso interessante nesse sentido é o aparecimento insistente de temas vinculados à arte – imagem, literatura, *performance*, música – que parecem se afirmar como **novas áreas** (ou **emergentes**) que encontram porém diálogo em praticamente todos os cursos. Nesse sentido percebe-se um novo viés e diálogo – menos com áreas clássicas como a lingüística (que continua a aparecer) e mesmo a política —, mas antes com as artes.

Interessante também é o acento em uma História da antropologia no Brasil, que começa a ser citada com mais frequência.

Nesse sentido, vale a pena destacar que se as matérias obrigatórias parecem se limitar a uma antropologia produzida fora do país; já a produção local surge ao lado das demais optativas.

Tomando o quadro como conjunto o que se percebe é a tentativa de garantir os temas mais tradicionais da disciplina, ao mesmo tempo que lentamente se abrem novas áreas. Diante desse movimento, a tendência parece ser aumentar sempre esse leque de optativas, uma vez que – ao que tudo indica – não se abandonam temas tradicionais, ao mesmo tempo que se abrem outros.

Por fim temos os cursos curinga ou nda que, se muitas vezes visam dar lugar a temas de pesquisa próprios do professor, em outras ocasiões formalizam e dão lugar a atividades entre orientador e orientandos. Mais uma vez – e sob outro ângulo – me parece que o objetivo desses cursos é o “preenchimento do relatório” e uma correspondência com uma certa “cultura da avaliação”² que mede mais a quantidade dos cursos e não tanto a sua qualidade. Nesse sentido – e tomando-se também o resultado do relatório Capes de 2003 – nota-se que de uma maneira geral os Programas passam a indicar a existência de um número crescente de disciplinas oferecidas. Variam os créditos, a carga horária e o fato é que os relatórios “andam repletos de cursos”. Novamente, é preciso distinguir a “estrutura formal”, da realidade. Muitas vezes é essa mesma “cultura do bom preenchimento de relatórios” que vem inflacionando cursos e disciplinas. Novos tempos...

A cada curso, uma personalidade:

Para além desse panorama comum, é possível recortar temas que parecem se vincular mais a certos Programas do que a outros.

Programas carregam marcas e apesar de certos temas fazerem parte de todos os *curriculums*, eles parecem se colar mais a uns centros do que outros. Esse é o caso da Etnologia –

² Refiro-me ao termo utilizado por Marilyn Strathern em seu texto “Avaliação no sistema universitário brasileiro”. São Paulo, Revista Estudos Cebrap no. 53, 1999: pps:15 a 32.

reduto de Programas mais consolidados na área ou daqueles que, geograficamente falando, carregam vantagens. Esse é o caso, também, de uma Antropologia do Gênero, mais afirmada em certos locais do que em outros.

Caso interessante é o de Antropologia Visual que surge basicamente referida a três Programas, mas que mostra potencial grande de crescimento como tema e área.

Existem também recortes mais “marginais” que começam a ganhar destaque e a conferir certos desenhos interessantes. Me refiro a temas como antropologia dos esportes, ou uma antropologia da *performance*, da juventude, do meio ambiente que saem dos famosos cursos “nda” e passam a ganhar maior evidência, quase constituindo linhas de pesquisa.

Também a área de Etno-história principia a ganhar um número maior de adeptos, muitas vezes misturada à uma perspectiva que engata a teoria em uma visão mais diacrônica, que dá conta de toda a disciplina. Junto com essa perspectiva aparecem, ainda, disciplinas referentes à Antropologia no Brasil, o que parece indicar uma maior intenção em refazer a trajetória percorrida por autores e estudos da área e no país. Uma antropologia *do e no Brasil*³.

Em uma observação ainda bastante prematura pode-se arriscar porém certas evidências. O antigo debate que visava uma discussão de ordem política parece, mais atualmente, mirar a arte e suas possíveis correlações na área. Quem sabe tal acento esteja vinculado a novas demandas que têm vinculado o trabalho antropológico às produções nessa área. Nesse caso, a própria noção de cultura tem andado em questão. Antropólogos aparecem como “bardos” e são chamados a identificar culturas e identidades que muitas vezes se transformam em essência. Refiro-me às exposições culturais e à produção fílmica nacional que têm privilegiado uma discussão com o nacional popular. Mas esse debate nos levaria muito distante dos limites estritos desse rascunho.⁴

³ Referência ao termo utilizado por Manuela Carneiro da Cunha em *Antropologia no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1989

⁴ No encontro de 29 e 30 de março de 2001 tive oportunidade de desenvolver esse tema com mais vagar.

Quem sabe fora de moda ou “em queda livre”:

Vários temas parecem estar um pouco à margem da atual estrutura dos Programas.

Linhas de pesquisa tradicionais como — Cultura material, África, Cultura Popular, Antropologia biológica, Arqueologia, Antropologia econômica ... – apesar de constarem, muitas vezes, das linhas dos Programas, não aparecem referenciadas nas optativas e obrigatórias.

Tal discrepância parece indicar um movimento próprio à área como um todo, que ao que tudo indica também vem aderindo a certas modas em detrimento de outras. Ou então, velhos nomes são retomados por outros, cobrindo, no entanto, campos semelhantes.

Não se trata, é claro, de cobrar o retorno desses temas ou então de delatar a ausência. Muito mais interessante é sinalizar o cenário e revelar como a área tem se movimentado e mostrado-se dinâmica, e como faz parte desse processo a oscilação e seleção de cursos. Nesse sentido, e na medida em que o elenco de optativas vai aumentando, não há como dar conta de todas elas e é preciso conceder uma maior liberdade ao que parece ser uma certa personalidade (cada vez mais tolhida), própria aos diferentes programas.

Quem sabe a área “reflita” um movimento mais geral que revela um certo cansaço em relação a temas mais tradicionais. Ou quem sabe a área esteja “produzindo” a mudança.

Não há como desempatar a partida. Mais vale assinalar o movimento.

Advertência final ou uma reflexão sobre o óbvio:

Como já se disse no início desse texto, esse levantamento não se pretende nem exaustivo, muito menos definitivo, já que para tanto seria preciso cotejar esses dados com cada um dos Programas (o que foi feito só parcialmente). Além do mais, para ganhar mais profundidade seria necessário examinar as ementas dos cursos, afim de analisá-los com mais cuidado e ainda verificar como são aplicadas na prática. Sabe-se que nem sempre as ementas correspondem às disciplinas efetivamente dadas e,

ainda, que muitas disciplinas são listadas mas jamais oferecidas.

Como se vê, esse ensaio é quase “uma petição de princípios”, ou então uma “mostra de boa vontade”. No entanto, o painel que dele resulta permite fornecer um desenho que mostra mais semelhanças do que diferenças entre os Programas. Permite, ainda, revelar como (mesmo sem saber) formamos uma área e podemos afinar perspectivas comuns.

Atestei em primeiro lugar a existência de um modelo comum que revela como a área funciona “como uma área”, com cursos e formatos semelhantes. Mas a vantagem aparece também como armadilha. O resultado dos quadros comparativos leva a um diagnóstico: a antropologia brasileira vem sofrendo com a pressão de uma política externa de financiamento que tem implicado na redução de prazos, mas tem gerado, também, um impacto direto na qualidade do ensino de pós-graduação e, sobretudo, no perfil dos novos mestrados (cada vez mais curtos e circunstanciais).

Por sinal, os quadros elaborados permitiram chegar a algumas conclusões que passo a listar:

1. Verifica-se um certo leque e perfil “conservador” do ensino na área: as obrigatórias são semelhantes, “outras” disciplinas são sempre optativas e a antropologia que consideramos como obrigatória é, em boa parte, estrangeira. No mais das vezes uma *Antropologia do Brasil e no Brasil* torna-se matéria eletiva⁵. Como disse Mariza Corrêa, quem sabe ficamos só com a *casca* das receitas bem sucedidas de nossos antepassados: uma coisa é o modelo clássico, outra o que fazemos com ele. O problema, diz ela, “é a nossa insistência em continuar a operar no mundo contemporâneo como se ainda vivêssemos entre os Zande ou os Trobriandeses”. Pior ainda, é sempre bom lembrar “o quão vanguardistas foram eles ao criar o método etnográfico e quão retrógrados nós podemos ser ao replicá-lo numa espécie de clonagem pós-moderna mal sucedida”.⁶ Com efeito, quem sabe seja hora de pensar nessa distribuição “um tanto colonizada”

⁵ Referência à expressão utilizada por Manuela Carneiro da Cunha em *Antropologia no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1989: 8.

⁶ Correa, Mariza “A pós-graduação em Ciências Sociais hoje – problemas e perspectivas”, mimeo 2003: pp: 4 e 6.

entre o que julgamos obrigatório e o que pode e deve ser optativo.

2. Há uma certa endogamia temática que faz com que a Antropologia que ensinamos seja muito auto-referida. Como estabelecer um diálogo com uma agenda mais ampla e que faz parte dos cursos de Ciências Sociais? Pode-se notar, inclusive, um incentivo baixo à participação em cursos fora dos próprios Programas; consequência, talvez, da “pressão” por um tempo mais diminuto.

3. Percebe-se uma visão um pouco canonizada do que seria a história da disciplina e, sobretudo, esse seu pequeno diálogo com uma antropologia brasileira. Na verdade, existe uma coerência evidente na oferta geral de disciplinas obrigatórias. Em primeiro lugar, observa-se um acento na Teoria Social que vem, em todos os Programas analisados, desenvolvida em dois semestres e contando com uma divisão que contrapõe uma antropologia “clássica” à outra, mais contemporânea. Na maior parte dos casos o “momento” da divisão parece recair no estruturalismo francês, a um só tempo o final da primeira unidade e o início da segunda. Igualmente visível é a atenção a uma história da Antropologia, que parece estar contemplada nos dois cursos teóricos obrigatórios e ainda em alguns casos, em separado. Por sinal, muitas vezes teoria parece se confundir com história, tal a identificação entre esses cursos

4. Novos Programas nascem copiando modelos estabelecidos e apostando em estruturas semelhantes, quando não mais adaptadas aos novos prazos e tempos médios de titulação para mestrado e doutorado. Há nesse sentido uma diferença entre os Programas mais antigos – que parecem “batalhar” para se coadunar aos novos formatos — e os mais novos que surgem adaptados.

5. Nota-se uma tendência à especialização cada vez maior. Começa-se cedo demais a olhar só para a própria pesquisa e se perde uma formação mais geral. Tal tendência tende a se agudizar diante dos novos TMTs e da pressão pelo cumprimento de prazos cada vez mais reduzidos.

Há, assim, parâmetros antigos ainda praticados, mas também sinais de novos tempos: achatamentos, perfis cada vez mais comuns, grades assemelhadas, atividades parecidas ... Tudo isso parece estar implicado em uma “cultura da avaliação” que vem se instaurando entre nós.⁷ Como diz Strathern, não se mede mais a diversidade e a idéia de que a Universidade “pode querer fazer várias coisas ao mesmo tempo e em diferentes áreas: não apenas instruir, mas também, permitir que as pessoas pensem de modo independente; não apenas fornecer a estrutura para projetos de pesquisa estabelecidos e com resultados claros, como também tolerar nichos escondidos para o dissidente inesperado ou até o gênio que pode se encaixar em qualquer parte do sistema, promover tanto a produtividade como a criatividade, sabendo que muitas vezes elas andam juntas”.⁸

Nos termos dessa autora, a avaliação vira um fim em si mesma; “uma prática reflexiva suprema”, que premia aquele que se auto-avalia ou que tem como função auxiliar pessoas e instituições a competir melhor. Mas o custo é alto: cria-se uma tecnologia da informação (a ilusão de que tudo pode ser “apresentável e mensurável”) e um ataque à atividades que demandem reflexão e maturação. Mais uma vez Strathern: “A prova de desempenho e produtividade exige uma produtividade que seja mensurável e, portanto, se torne visível. Esta perspectiva subverte o papel central que o tempo sem resultados visíveis tem para o ensino e a pesquisa. No ensino, é preciso um lapso de tempo – o processo não é de consumo, mas de absorção e reformulação. Na pesquisa a pressa deve ser deixada de lado em nome das atividades inúteis que precedem a descoberta. Ambos exigem períodos não produtivos. Mas quase não há linguagem na cultura da avaliação para discutir a produtividade do tempo não produtivo”.⁹ Em outras palavras a atividade é sempre intermitente e a Universidade oscila entre

⁷ O termo vem de Marilyn Strathern em seu texto “Avaliação no sistema universitário britânico”, publicado na Revista *Novos Estudos* do Cebrap, no. 53, 1999, pps: 15-32.

⁸ Strathern, Marilyn, op.cit: 23

⁹ Starthern, Marilyn, op.cit:29

atividade e imobilidade (isso se imaginarmos que reflexão virou sinônimo de imobilidade).

É preciso “fazer tempo”. Na verdade, a questão de fundo seria o que pretendemos como “boa formação” em meio a essa “cultura disseminada da avaliação”? Ela se daria só na área? Estaria sendo, também (e muito) agendada por demandas externas de fomento? Por outro lado, não estaríamos testemunhando um efeito que nós mesmos (profissionais de ensino superior) ajudamos a produzir? Aonde residiria uma discussão sobre qualidade dos cursos quando em pauta está sempre o tão falado TMT, estabelecido pelas agências de fomento? Há lugar para uma discussão sobre a especificidade da área?

O fato é que é possível refletir sobre a própria área e questionar tendências do momento; sobretudo uma certa “mesmice”: revistas tornam-se obrigatórias (para além de seu conteúdo), pós-doutorandos devem ser convidados, professores visitantes “precisam” visitar os Programas, a tão falada internacionalização tem que ser aplicada, mesmo que formalmente; isso sem esquecer dos laboratórios, bibliotecas, e os famosos preenchimentos de relatórios ... tudo agora faz parte das regras do jogo. Tudo nivelado. O outro lado são dissertações e teses defendidas antes de estarem, de fato, concluídas; alunos desligados (e novamente ligados); trabalhos cada vez mais breves (com especificações rígidas de quantidade de páginas)...

Não sou contra as melhorias, nem mesmo avaliações; só lamento que, na a área, estejamos tão afinados com parâmetros que não são exatamente (e exclusivamente) nossos. De toda maneira, minha intenção é defender (um pouco na contra- mão e reconhecendo a existência de um modelo comum) uma maior autonomia e personalidade para cada um dos Programas; proposta essa que não vem se efetivando diante das exigências cada vez mais comuns das instituições fomentadoras e de boa parte de nossos próprios pares. Como privilegiar a diferença se passamos por um momento de quantificação geral de cursos, de tempos médios de titulação estritos, e de uma mensuração draconiana de artigos, palestras e da produção técnica?

Por outro lado, para uma área que fala tanto em “relatividade” temos apresentado um modelo que tem caído numa verdadeira “camisa de forças”. O que se apresenta é um certo “nicho canônico” de um lado, e um leque enorme de optativas de outro. A pergunta – indevida – talvez seja, como achar espaço para a invenção e originalidade, diante de um modelo tão consagrado?

Temos questões semelhantes – como a aprovação de um prazo diferente (e um pouco mais extenso) para o mestrado, o doutorado direto, o perfil do mestrado ... — que podem e devem ser debatidos tendo a frente uma perspectiva comum à área de Antropologia e às humanidades.

Mas aí começo a entrar em um outro território, talvez muito distante do que se deve realizar em um memorial. Devo ficar no terreno (um pouco) mais seguro da Antropologia e nesse sentido chamam atenção as semelhanças. Quem sabe essa estrutura bastante comum venha de encontro à possibilidade de nos vermos como área. No entanto, a homogeneidade extremada paga lá o seu preço. Sobretudo quando é “resposta”, “reação” a modelos de fora.

É preciso reconhecer, porém, que esse meu exercício (que implicou em comparar ementas de cursos) ficou um pouco marcado por um estilo “a la Radcliffe Brown”: a estrutura e uma certa morfologia social aparecem na frente da realidade social, que, por princípio é diferente. Quem sabe meu próximo passo será tomar uma atitude mais “malinowskiana” e perguntar pela diferença entre “o que eles dizem e o que eles fazem”. A estrutura é equilibrada mas a realidade, por definição, não. Por enquanto me contento com a demonstração da estrutura. Para frente resta prever a manipulação dos agentes de maneira “situacional e contrastiva”.

Mas o que está feito revela um cenário e pede um diagnóstico. Se não for isso, terei feito uma história do óbvio ou comprovado o quanto vale uma boa comparação.